

ESCOLA E RACISMO INSTITUCIONAL: FRACASSO ESCOLAR COMO MECANISMO DE BANIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA

Thamara Figueiredo¹

RESUMO

Pesquisar a realidade escolar brasileira continua sendo de extrema importância para todos os profissionais da educação. Neste sentido, a temática do fracasso escolar tem grande relevância para os estudiosos, principalmente para os que lidam com o campo da educação inclusiva e com a instituição escolar. Ainda hoje, estudos mostram que há uma população que, apesar de frequentar a escola, tende a ser sujeita a tal processo. Em sua grande maioria, as crianças e jovens que tendem ao fracasso e à exclusão escolar são negras, indígenas e de outras populações da diversidade cultural brasileira. O presente artigo é parte de uma pesquisa de mestrado em educação inclusiva, e tem por objetivo refletir sobre o fracasso escolar que acomete crianças e jovens racialmente marcados demonstrando que tal fenômeno funciona como mecanismo de banimento das crianças e jovens negros, em uma sociedade fundamentada em racismo estrutural e institucional. Para realizar a pesquisa escolheu-se uma metodologia teórico-conceitual com a finalidade de construir fundamentações teóricas consistentes que possibilitassem uma reflexão crítica sobre os conceitos de escola e racismo já consolidados. O referencial utilizado é oriundo de vários campos das ciências humanas. Foram fundamentais os teóricos da educação, com ênfase na educação inclusiva; da História da Educação e da História geral. Além disso, serviram como referência autores da sociologia e de outras ciências sociais.

Palavras-chave: fracasso escolar, racismo, educação inclusiva, relações étnico-raciais

*Em um mundo em que a raça define a vida e a morte,
não tomá-la como elemento de análise das grandes questões contemporâneas
demonstra a falta de compromisso com a ciência
e com a resolução das grandes mazelas do mundo.
Almeida, 2018*

Pesquisar a realidade escolar brasileira continua sendo de extrema importância para todos os profissionais que estão envolvidos na educação. Não apenas para os docentes do ensino superior, mas sobretudo para os profissionais da educação básica, que estão cotidianamente na escola. Neste sentido, a temática do fracasso escolar ainda tem grande relevância para os estudiosos, principalmente para os que procuram lidar com o campo da educação inclusiva e com a instituição escolar. Para pesquisar acerca do fracasso escolar, é necessário compreendê-lo não como um fenômeno da escola, responsabilizando docentes ou até mesmo os sujeitos que sofrem com ele na

¹ Mestra em educação pelo programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped - UERJ), professora do Departamento de Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II, membro do grupo de pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais e do Projeto de Extensão Circularidades na Escola. E-mail: tsfigueiredo.rj@gmail.com

escolarização. O fracasso escolar precisa ser abordado em sua complexidade, considerando os diferentes aspectos que possibilitam que ele ocorra e considerando a sociedade no qual se dá. Este texto tem como finalidade abordar o fracasso escolar a partir das relações étnico-raciais.

O presente artigo é parte de uma pesquisa de mestrado em educação inclusiva, e tem por objetivo refletir sobre o fracasso escolar que acomete crianças e jovens racialmente marcados demonstrando que tal fenômeno funciona como mecanismo de banimento das crianças e jovens negros, em uma sociedade fundamentada em racismo estrutural e institucional.

Este artigo se apresentará articulado em três partes. Primeiramente será abordada a instituição escolar, seu papel na estruturação da sociedade e como mantenedora de desigualdades sociais. Serão tratados a origem da instituição escolar histórica e ideologicamente, a constituição de sua cultura institucional e, por último, a educação inclusiva. Depois disso, será abordada a problemática do racismo, como ideia estruturante da sociedade moderna, com ênfase no Brasil. Neste ponto serão trazidos debates acerca do conceito de raça e do racismo institucional. Por último, será trazida uma discussão sobre o fracasso escolar de modo complexo, buscando explicar que tal fenômeno, longe de ser um problema individual ou da escola, funciona como um meio de manter a população negra e outras minorias sociais à margem da sociedade.

Para realizar a pesquisa escolheu-se uma metodologia teórico-conceitual com a finalidade de construir fundamentações teóricas consistentes que possibilitassem uma reflexão crítica sobre os conceitos de escola e racismo já consolidados na academia. Assim, realizou-se uma reflexão sobre a escola e o racismo através de um diálogo entre os conceitos buscando demonstrar como esta instituição foi atravessada pelo racismo estruturador da sociedade.

Devido à complexidade da temática e todos os pontos de vista conceituais e ideológicos que serão pontuados no decorrer deste artigo, não há um referencial teórico específico que seja capaz de responder à demanda levantada. Deste modo, o referencial utilizado é oriundo de vários campos das ciências humanas. Foram fundamentais para o desenvolvimento deste texto teóricos da educação, com ênfase na educação inclusiva; da História da Educação e da História geral. Além disso, serviram como referência autores da sociologia e de outras ciências sociais. Assim, pode-se dizer que a presente pesquisa é o resultado de um grande esforço teórico, conceitual e dialético para compreender e explicar os atravessamentos raciais que convergem no fenômeno do fracasso escolar.

INSTITUIÇÃO ESCOLAR: ORIGEM E CULTURA

A fim de entender a instituição escolar e seu papel responsivo na estruturação da sociedade e como mantenedora de realidades sociais, é preciso compreender que ela foi fundada com o objetivo principal de educar um tipo de pessoa para a civilidade. Ou

seja, a cultura desta instituição admite que um sujeito capaz de receber educação, de ser civilizado. Em contrapartida, os princípios europeus modernos e iluministas presumiam que havia sujeitos que não eram capazes (ou não tinham necessidade) de serem educados. Entende-se, portanto, a noção de que o sujeito escolar é delimitado por um conceito de *aluno ideal*. Assim a escola torna-se excludente. De acordo com Senna

A sociedade iluminista passa a entender os não-civilizados como sujeitos menores, cuja razão lhes fora surrupiada por uma mente “relaxada”, alheia às condutas cartesianas que efetivamente construiriam um homem civilizado. E assim, convicta de que a humanidade se define pela razão, esta sociedade civilizada vê com naturalidade, por exemplo, a escravidão dos negros africanos, que além de pretos, eram “preguiçosos”, “mandingueiros” e sem qualquer inteligência que os fizessem homens (2007, p. 34).

A escola iluminista é o modelo que se espalhou pelo mundo ocidental, tendo chegado às colônias de maneira a determinar o modo como tais sociedades organizariam sua educação formal. A escola brasileira não poderia ser diferente, pois aqui a sociedade também buscava os princípios modernos que se postulava na Europa. Se a educação no Brasil Colônia era privilégio para poucos, pois as práticas educativas estavam todas atreladas à religião e à Igreja Católica, com a vinda da família real portuguesa e a corte para o Brasil foi preciso estruturar uma instituição formal de ensino. O Brasil Império precisava educar as elites: os filhos dos nobres. Tem-se, portanto, a gênese da escola brasileira. Desta maneira, o sujeito que se desejava formar naquela instituição era o branco civilizado. De outro lado, havia um sujeito que não se acreditava ser capaz aprender: o negro, o indígena e o mestiço. A escola do Brasil Império visava formar as elites e seus filhos, era voltada aos brancos e advogava os mesmos ideais dos ilustrados: era racionalista, cientificista, cartesiana e racista. Nela não havia espaço para todos.

No final do século XIX, com as diferentes mudanças na ordem política e social - a abolição da escravatura e a proclamação da república - haveria uma modificação de certas bases da sociedade brasileira sem, no entanto, mexer com os ideais nos quais a sociedade assentava-se. Com o passar do tempo, a escola se tornaria um lugar pelo qual boa parte da população deveria passar. Porém, não se garantiria o mesmo tipo de educação para todos.

A escolarização, até então uma opção para os mais afortunados, passa a ser determinante para a integração no mundo do trabalho. Paulatinamente a escola vai se abrindo ao povo, reservando-se à função de introduzi-lo ao mundo urbano-civilizado, ainda que isso consubstancializasse inicialmente através de uma educação acadêmica para os mais afortunados e de uma educação profissionalizante para os mais resistentes - a nova “vassalagem” operária, que substituiria os negros no mundo da indústria. (SENNA, 2007, p. 40)

Deste modo, pode-se afirmar que a escola ocupa lugares diferentes no imaginário social do Brasil. Para a massa de pretos, indígenas e mestiços, é um lugar estranho, que lhes era interdito e ao qual não pertencem. Para o branco brasileiro, a escola tinha um

papel não apenas de ensinar a maneira lógico-formal do sujeito cartesiano, mas principalmente tinha o sentido de fazer-lhes semelhantes aos europeus e arrancar-lhes a brasilidade, que era em si uma grande vergonha (SENNÁ, 2007). O projeto iluminista nunca foi de liberdade e igualdade *para todos*, e no Brasil, serviu para as elites manterem seu lugar de riqueza e poder. A educação era parte essencial deste projeto. Segundo Leão,

O Iluminismo educacional representou o fundamento da pedagogia burguesa. Dessa maneira, a classe trabalhadora tinha o mínimo de educação, porquanto ascendiam os ideais de liberdade. Contudo, esta liberdade para os burgueses versava em estar livre para a acumulação de riquezas, pois ponderavam que a liberdade e a igualdade poderiam possibilitar a padronização das classes sociais (2008, p. 76).

A partir desta breve explicação acerca da origem da instituição escolar, é possível perceber algumas relações importantes. Em primeiro lugar, pode-se perceber que a escola é uma instituição decorrente de um projeto social. Desta forma, visava servir à construção de uma sociedade burguesa, branca e liberal. A educação e a escola serviriam para moldar os cidadãos que a burguesia precisava, especialmente no momento da Revolução Industrial, sem que eles, no entanto, se tornassem críticos o suficiente para se levantarem contra o lugar em que estavam presos.

Além disso, verifica-se que tal projeto é excludente e hegemônico, pois impõe uma cultura e privilegia um tipo de pessoa: brancas. Em decorrência disso, toda cultura que não se encaixa à hegemonia é inferiorizada e todas as pessoas que não pertencem àquele recorte racial ficam fora dos espaços de educação formal. Tais percepções são fundamentais para que se possa entender a educação na atualidade e o papel da escola na inclusão social.

Como parte do projeto social, a escola tem a função de formadora de cidadãos. Em que pese a diferença no entendimento de cidadania no século XVIII e XIX, esta função não apenas permaneceu com a escola, como levou a instituição a ser determinante para a mobilidade social dos indivíduos na sociedade burguesa capitalista contemporânea. No decorrer do século XX, mudanças políticas trouxeram para dentro da escola todas as crianças, jovens e adultos brasileiros, indiferente de raça ou classe. No Brasil, a escola - especialmente a pública - tornou-se o lugar de construção da cidadania de todos os que nascem ou habitam solo brasileiro; é o lugar sobre o qual está a maior responsabilidade de formação política e social das pessoas.

O encontro da escola pública, que é iluminista, com os sujeitos da margem causou embates que mexeram com as estruturas da sociedade e da instituição em si. Deste conflito surgiu a necessidade de se repensar as concepções de aluno e práticas de ensino-aprendizagem que permeiam a instituição. Neste sentido, a educação inclusiva se torna crucial para a educação brasileira.

O ideal de educação inclusiva diz respeito às diferentes formas de atuação. Trata-se de universalização do acesso à escola, mas não apenas disso. No Brasil, cerca

de 90% das crianças e adolescentes estão devidamente matriculados, segundo o Inep², o que é um número expressivo, porém é preciso outras políticas que lhes garanta plena escolarização. Refletir sobre educação inclusiva é também pensar na atuação da instituição escolar, uma vez que ela passa a receber crianças de todas as origens étnicas, culturais e econômicas. As políticas públicas que apregoam a obrigatoriedade da escolarização infantil são exemplos de políticas que parecem buscar garantir às crianças seu pleno desenvolvimento. Desta forma, no final do século XX passa-se a ter uma escola pública aberta, a qual deveria acolher e escolarizar a todos, provendo a sociedade dos cidadãos de que ela necessita. Porém, a escola começou a lidar com situações que nunca antes tinha vivido: crianças multirrepentes, evasão escolar, analfabetismo funcional, etc. Isto posto, percebe-se que a escola de hoje ainda falha em seu papel de formação para a cidadania. Machado afirma que

O momento atual em que vivemos é marcado por um paradoxo: de um lado uma sociedade intercultural na qual se encontram sujeitos com múltiplos modos de pensar, agir e construir conhecimento, e de outro uma escola que insiste em manter um modelo racional e linear de educação e a forjar um sujeito moderno” (In SENNA et al, 2017: 37 - 56).

Embora receba os sujeitos da pós-modernidade, com identidades culturais e étnico-raciais diversas, mantém as mesmas práticas e ideias do século XIX, resultando em um problema educacional para os sujeitos e para a sociedade como um todo: o fracasso escolar.

RACISMO E INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Para compreender o atravessamento entre as relações étnico raciais e a instituição escolar, será preciso considerar brevemente os elementos raciais da nossa sociedade. No presente texto as ideias de raça e racismo serão tratadas como tecnologias estruturantes da Modernidade, e esta como uma visão de mundo que desenvolveu um projeto de sociedade que estabeleceu uma hegemonia econômica, política e cultural dos povos europeus sobre outros povos. Considera-se que tal período teve início com as grandes navegações e o processo de dominação colonial. Este processo determinou relações e interferiu, em especial, na América Latina, no Caribe e na África. Toda a geopolítica atual foi determinada a partir da mentalidade colonial.

O estabelecimento do padrão de poder colonial deu-se a partir da convergência de uma codificação das diferenças - supostamente biológicas - entre colonizadores e colonizados, e formas de controle de trabalho, recursos naturais e produtos. A dominação colonial foi uma imposição cultural através da qual o domínio europeu se alastrou mundialmente, carregado com o discurso da universalidade/racionalidade. Neste sentido, os colonizadores impuseram classificações que foram naturalizadas, de

² Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, 2018.

modo a manter *cada povo em seu lugar geopolítico*. Assim, a ideia de raça diferencia conquistadores e conquistados por um viés biológico e justifica a dominação, a violência e os padrões estabelecidos, legitimando a dominação.

Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. Sobre esa base, en consecuencia, fue clasificada la población de América, y del mundo después, en dicho nuevo patrón de poder (QUIJANO, 2014 [2005], p. 202).

Os colonizadores também impuseram uma dominação cultural e simbólica, de forma a controlar as subjetividades e designar as ideologias que sustentariam o futuro destes povos. Para Quijano “*todo ese accidentado proceso implicó a largo plazo una colonización de las perspectivas cognitivas, de los modos de producir u otorgar sentido a los resultados de la experiencia material o intersubjetiva, del imaginario, del universo de relaciones intersubjetivas del mundo, de la cultura en suma*” (2014 [2005], p. 210).

Diante disso, é possível admitir que os colonizadores europeus inauguraram a categoria raça como é entendida da Modernidade até a contemporaneidade. Raça é uma categoria essencial para a compreensão das relações sociais no mundo, pois a partir dela determinou-se a função e a posição que cada povo teria. Ademais, a colonialidade instituiu-se como uma mentalidade que estruturou completamente a visão de mundo e os modos de operar dos povos colonizados na América e na África. E a partir do conceito de raça estruturou tais sociedades.

Vale destacar que a colonialidade está ligada à filosofia iluminista, com suas ideias de universalidade e racionalidade. Os iluministas não viam os povos não-brancos como seres humanos racionais, como viam a si mesmos, uma vez que tais povos operavam de um modo completamente estranho à sua concepção de razão e de conhecimento. Assim, o discurso destes filósofos deu substância à visão etnocêntrica do mundo e justificou a dominação colonial. Segundo Almeida

Do ponto de vista intelectual, o Iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte (XIX) daria lugar para o dístico civilizado e primitivo (2018, p. 21).

Na modernidade, baseado na noção da racionalidade e da valorização da razão humana, o conceito de raça passa a diferenciar seres humanos a partir de seus fenótipos, a cor da sua pele e outros aspectos biológicos. Dando contornos à sociedade racista da atualidade.

No Brasil, o processo de construção do estado nacional foi permeado pela ideologia racista. O mito da democracia racial³ colaborou para a negação do racismo e

³ Cunhado por Gilberto Freyre e tido como mito por Florestan Fernandes, preconiza a ideia de que a mestiçagem tornou o Brasil um país sem desigualdade racial, onde há harmonia entre os povos.

da desigualdade racial no país. A propagação dessa ideologia fomentou no imaginário social brasileiro uma pretensa igualdade e por esta razão não haveria necessidade de se discutir as questões relacionadas à raça; menos ainda estender algum tipo de reparação ao povo que havia sido escravizado por quase 400 anos. O Estado brasileiro fez uso de todo aparato institucional para disseminar essa ideologia, desde a imprensa, passando pelas escolas e outros meios. Tal ideário ignora dados concretos que mostram a realidade racial do país.

É imprescindível reconhecer os mecanismos de produção e reprodução da desigualdade racial no Brasil. Conforme foi colocado, o aparato estatal e institucional foi - e é - fundamental para a manutenção de uma condição onde pessoas não-brancas estão marginalizadas historicamente e pessoas brancas seguem em lugar de privilégio social.

O racismo institucional pode ser entendido como a forma pela qual o estado e demais instituições impõem seu poder de modo abrangente à toda a sociedade. Assim, afirma-se que não só a escravização foi responsável pela desigualdade racial do Brasil, mas também a presença do estado burguês e a configuração das relações trabalhistas, sociais e territoriais. Segundo Charles V. Hamilton e Kwame Ture ele *“is less overt, far more subtle, less identifiable in terms of specific individuals committing the act. But it is no less destructiv of human life. The second type originates in the operation of established and respected forces in the society and thus receives far less public condemnation”* (1992 [1967], p. 21). Nesse sentido, o mito da democracia racial serviu para que no Brasil tal situação fosse ainda mais velada.

Deve-se compreender instituições como formas sociais materializadas - através delas a sociedade desenvolve seu contorno e concretiza crenças, ideologias e desejos. São elas que mantêm o Estado estável e, por isso, operam na mesma lógica racial que ele. As instituições são “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais” (HIRSCH apud ALMEIDA, 2018, p. 29). É a partir da vivência com e nas instituições que as pessoas tornam-se sujeitos. Nelas se aprende as regras a serem seguidas, o comportamento esperado pela sociedade, e pode-se, ainda, naturalizar desigualdades.

Outro papel das instituições é absorver os conflitos ou mesmo reprimi-los. Assim, seu interior apresenta uma multiplicidade de conflitos, pois sempre há grupos buscando assumir o controle. O racismo é, deste modo, ideologia e prática definidoras para que as regras institucionais mantenham certos grupos subordinados enquanto reforça a hegemonia do grupo no poder. Assim, compreende-se a predominância de homens brancos em lugar de poder na sociedade. Isso se deve, em grande parte, às regras e padrões institucionais que dificultam a ascensão de pessoas racializadas ou mulheres a tais cargos (ALMEIDA, 2018).

Diante destas breves conceituações e explicações acerca das ideias de raça e racismo na modernidade e na contemporaneidade, pode-se começar a compreender

como a escola está intrinsecamente vinculada ao projeto social racista e excludente. Como instituição moderna, a escola faz parte do aparato de segregação racial imposto à toda sociedade. Embora seja uma instituição de livre acesso de todas e todos, onde não há uma discriminação explícita a nenhum grupo social, enquanto instituição ela reproduz a lógica de manutenção da hegemonia branca e burguesa. Assim, afirma-se que quando os sujeitos não-brancos são inseridos na escola, não são necessariamente acolhidos e escolarizados de uma forma verdadeiramente inclusiva. Ao contrário, a cultura institucional tende a impor-se, fazendo-os abrir mão de sua identidade étnico-cultural, ou então, caso não consiga realizar isso, marginaliza-os internamente, tornando-os sujeitos do fracasso escolar.

FRACASSO ESCOLAR: MECANISMO DE BANIMENTO

Na sociedade atual a escola ainda é o principal veículo de ascensão social e econômica. Segundo dados oficiais, no Brasil quase todas as crianças na escola, mas muitas delas não saíram de lá prontas para desfrutar a plena cidadania. Encontra-se na escola pública um enorme número de alunos vítimas de um fracasso escolar sistêmico, do qual dificilmente sairão sem grandes cicatrizes. As crianças e os jovens permanecem na escola, porém não alcançam os resultados que se espera deles para que possam completar a escolarização. Freitas afirma que

Há hoje um grande contingente de alunos procedentes das camadas populares que vivem o seu ocaso no *interior das escolas*, desacreditados nas salas de aula ou relegados a programas de recuperação, aceleração, progressão continuada e/ou automática, educação de jovens e adultos, pseudo-escolas de tempo integral, cuja eliminação da escola foi suspensa ou adiada e aguardam sua eliminação definitiva na passagem entre ciclos ou conjunto de séries, quando então saem das estatísticas de reprovação, ou em algum momento de sua vida escolar onde a estatística seja mais confortável. (2002, p. 968)

De maneira geral, pode-se entender como fracasso escolar a situação na qual há algum impedimento para a aprendizagem que pode resultar em desistência da escolarização. Ou seja, o aluno não aprende o mínimo necessário para obter a aprovação e seguir sua escolarização. Assim, tem-se o excesso de reprovação e até mesmo a evasão escolar. Se por um lado, o ideal da educação inclusiva e da universalização do acesso à escola deu o direito a todos e todas de frequentarem a instituição e assim vislumbrar a cidadania integral e a ascensão social numa sociedade liberal, por outro lado, tal abertura parece ser a causa do fracasso da escola e sua impossibilidade de educar plenamente todas as crianças que ali chegam.

Historicamente, o fracasso escolar tem sido explicado a partir de várias noções. Segundo Patto (2005 [1990]), havia duas principais maneiras de realizar tal explicação. A primeira era através das teorias racistas, desenvolvidas especialmente entre os séculos

XIX e XX. A segunda era através da psicologia diferencial, desenvolvida na mesma época.

No marco das sociedades industriais capitalistas, o racismo, antes de ser uma ideologia para justificar a conquista de outros povos, foi muitas vezes uma forma de justificar as diferenças entre as classes, principalmente nos países em que a linha divisória das classes sociais tende a coincidir com a linha divisória das raças, o que significa afirmar que serviu como arma na luta de classes. (idem, p. 53)

A psicologia diferencial explicava as diferenças individuais que levavam certas pessoas a permanecerem à margem da ascensão social. Estudava as capacidades humanas e estabelecia quem eram os mais capazes, e assim mais aptos a estarem no topo da pirâmide social, e os sujeitos capazes, destinados aos serviços braçais e à base da pirâmide. Contemporaneamente, explicar o fracasso escolar ainda não é tarefa simples. De acordo com Freitas

Durante muito tempo duas vertentes se opuseram no cenário educacional: uma tentando explicar o fracasso escolar por fatores pedagógicos internos à escola, e outra tentando explicar o mesmo fracasso por fatores externos à escola, sociais. Como é comum acontecer nesses casos, nenhuma delas, isoladamente, dá conta do fenômeno. A dialética se impõe. As duas causas são pertinentes na explicação do fracasso. (2007, p. 971).

Deste modo, a única forma de se lidar com o fracasso escolar é através de um diálogo entre as diferentes maneiras de pensar educação e os diferentes segmentos que tratam da educação formal direta ou indiretamente. Neste sentido, o presente texto procura compreender o fracasso escolar em sua relação com a cultura escolar e o racismo.

A escola, como instituição originada no pensamento iluminista e burguês, tem sua cultura e seus ideais, e por este motivo, seria uma ferramenta perfeita para o projeto social nacional, que é racista. O racismo educacional se apresenta de diversas formas: é possível perceber a segregação intra escolar, onde crianças e jovens negros lidam com situações de injúria racial e/ou racismo dentro da instituição, que não se responsabiliza, não forma o professorado e não acolhe as vítimas.

Segundo Cavalleiro “para os indivíduos negros, a experiência escolar também parece repleta de acontecimentos prejudiciais, o que dificulta a aquisição de uma identidade positiva, ao mesmo tempo que lhe confere o lugar daquele que não é bem-vindo e aceito no grupo” (2018 [2000], p. 83). As situações de racismo e injúria que ocorrem na escola, de modo geral, se dão de forma sutil, como é o racismo à brasileira, e com ares de acolhimento, como é a suposta democracia racial. São situações de discriminação pessoal, com docentes e colegas, imposições culturais, pois a cultura escolar não aceita e apaga a cultura dos sujeitos e, ainda, se dão através de mecanismos institucionais, como currículos, avaliações e seleções, que mantêm frequentemente tais crianças em lugar de exclusão, mesmo quando estão inseridas no contexto escolar. A autora ressalta que há um silêncio acerca das questões étnico-raciais

pairando na escola. Afirma que a criança negra não consegue reagir, que muitas famílias não veem problemas nas situações, rotulando tudo como “coisa de criança” e que os professores não estão dispostos a enfrentar o racismo - nem mesmo estão instrumentalizadas para isso - tornando o ambiente escolar, ao invés de acolhedor, prejudicial para crianças negras. O silêncio é um instrumento institucional para a manutenção da estrutura racial e racista.

Além das situações explícitas de racismo, a população negra enfrenta na escola embates culturais e, ainda, mecanismos institucionais que não são planejados para contemplá-la. Ao considerar que a escola é uma instituição iluminista, admite-se que tudo sobre ela se pretende universal e neutro, isso inclui os currículos, as avaliações, processos seletivos, etc.

Em vista de tudo isso, pode-se afirmar que a inserção das crianças e jovens negros na escola não foi um acontecimento leve e completamente vantajoso. Os sujeitos negros encontraram uma instituição despreparada para acolhê-los e educá-los sem causar-lhes sofrimento e aculturação. Com efeito, esta instituição foi aberta para eles com a finalidade de transformá-los em sujeitos segundo um modelo idealizado branco. Essa população deparou-se com uma escola repleta de mecanismos racistas que tende a mantê-los à margem ou até mesmo levá-los a evadirem-se da escola. Ali experimentam aculturação, rejeição e injúria racial. São educados majoritariamente por profissionais que não tem preparo para lidar com suas necessidades. Tais profissionais não podem ser completamente culpados pois vivem numa conjuntura racista e são, geralmente, a materialização de uma escola cuja ideologia é racista e segregadora. Ressalte-se que de modo nenhum as crianças negras devem ser excluídas da escola. Todavia, a instituição escolar não pode mais permanecer dessa forma. É preciso reconhecer o racismo institucional, modificar a formação dos profissionais de modo a instrumentalizá-los para enfrentar o racismo dentro da escola e, sobretudo, a sociedade, que urge o desmonte da estrutura racista.

Desta forma, pode-se dizer que o racismo não é vivido meramente no campo das relações pessoais, mas também no campo dos mecanismos institucionais e por isso demanda uma grande força de estudo e enfrentamento para que seja, eventualmente, vencido. Esta vivência racista demonstra o quanto o fracasso escolar que é experimentado por um grupo grande de estudantes no Brasil é, na verdade, produto das relações sociais e econômicas que foram estabelecidas aqui desde o período colonial, não sendo, portanto, de responsabilidade dos sujeitos que o sofrem. O fracasso escolar seria uma forma de transferir as crianças e jovens negros dos porões dos navios para os porões da escola, conforme já afirmou a escritora Conceição Evaristo⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴ Fala retirada de uma entrevista dada pela escritora ao podcast Negra Voz, do jornal O Globo em 10 de fevereiro de 2020.

O presente trabalho teve como finalidade trazer reflexões acerca do fracasso escolar, em especial, na escola pública. Tais reflexões procuraram propor uma abordagem complexa deste fenômeno, levando em conta que não é possível compreender que ele ocorre sob total responsabilidade dos docentes ou dos educandos, mas sim a partir de uma complexa relação social. Nesse sentido, propôs-se ponderar sobre as relações raciais que se deram no país e como tais relações são determinantes para que o fracasso escolar ocorra. Porém, ao mergulhar em tais relações, é preciso compreender que elas se dão estrutural e institucionalmente, e afetam populações inteiras, não apenas indivíduos.

Inicialmente, o trabalho apresentou a instituição escolar, em sua origem e cultura, demonstrando que não foi fundada para ser uma instituição inclusiva e acolhedora, que passou a ser aberta. Assim, quando a escola se abriu para todas as crianças e jovens, acabou por apresentar o fenômeno do fracasso escolar. No entanto, se pode perceber que tal acontecimento não é responsabilidade dos estudantes, mas de uma instituição que não visava acolher a todos.

A seguir, buscou-se debater as relações raciais na América e no Brasil, desde o período colonial, com a intenção de demonstrar brevemente como tal relação estruturam as sociedades até os dias atuais. Tal ponto é importante para que se compreenda os atravessamentos que se dão entre a instituição escolar e as relações étnico raciais. Deste modo, tratou-se dos conceitos de raça e colonialidade, explicando que estas ideologias, advindas do pensamento iluminista e colonizador, estruturou o meio social onde a escola e os sujeitos escolares se inserem. Ademais, foi colocado o entendimento de racismo institucional, e tal conceito colabora para a compreensão das relações raciais que se estabelecem no interior da instituição escolar, e como estas se tornam produtoras de desigualdade racial.

Por último, o texto propõe ponderações acerca do fracasso escolar mais especificamente. Buscou demonstrar que por muito tempo estudou-se o fenômeno sem levar em conta o racismo estrutural e institucional que permeia toda a sociedade brasileira. Então buscou demonstrar que, apesar de se preconizar inclusiva, a instituição escolar numa foi de fato acolhedora para as crianças e jovens oriundas da população negra. Ao contrário, diversas pesquisas demonstram que estes alunos acabam sempre experimentando uma escolarização precária e traumática. E isso não porque não se deva escolarizá-los, mas porque a escola não está preparada para formar esses cidadãos sem oprimi-los e desrespeitá-los, lidando com as situações de racismo e injúria racial que lhes acontece de modo sensível e ético. Desta forma, foi possível explicitar que a condição de fracasso escolar, que assola majoritariamente crianças e jovens negros, é resultado do encontro de tais sujeitos com a instituição escolar racista - que tende a colocá-los neste lugar. Diante disso, não surpreende que essas populações sejam multirrepetentes ou abandonem a escola, causando danos a si mesmos e à sociedade como um todo, que só pode crescer e se democratizar à medida que os cidadãos também sejam democráticos e bem formados.

Deste modo, o fracasso escolar não pode ser compreendido através de uma ideia reducionista de causa e efeito que, de modo geral, tende a culpabilizar os sujeitos em situação de fracasso. Ele é um fenômeno complexo e deve ser estudado dentro de sua complexidade. Por esta razão, pode-se afirmar que o fracasso escolar é mais um dos mecanismos de banimento da população negra, mais um modo de manter estes sujeitos excluídos das possibilidades de mobilidade social, fazendo-os permanecer subalternizados, como o foram os seus ancestrais escravizados. Além disso apenas através de olhares preparados pelas análises raciais se poderá vislumbrar e acreditar em um futuro no qual a escola pública tenha o sentido de acolhimento e democracia para todas e todos, independente de sua origem e da cor de sua pele.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: LETRAMENTO, 2018.

FREITAS, L. C. **A Internalização da Exclusão.** Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, p. 299-325, setembro/2002.

_____. **Eliminação Adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 965-987, out. 2007.

LEÃO, A.M.C. **A influência do iluminismo nas políticas educacionais atuais: em pauta a cidadania.** Diversa :: Ano I - no 2 :: pp. 69-84 :: jul./dez. 2008.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 1990 2a reimpressão: 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder, eurocentrismo y América Latina.** En: Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires : CLACSO, 2014 [2005]. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507042402/eje3-8.pdf> Recuperado em 08/09/2020

SENNA, L.A.G. (org) **Letramento: Princípios e Processos.** Rio de Janeiro, IBPEX, 2007.

SENNA, L; LOPES, P; MACHADO, M.L. (orgs). **A cultura do professor e os sentidos da escola.** Curitiba: Editora CRV, 2017.

TURE, K.; HAMILTON, C. **Black Power: the politics of liberation in America.** New York: VINTAGE EBOOKS, 1992 [1967].